

MULHERES DE AVARÉ: TERRITORIALIZAÇÃO E INTERSETORIALIDADES

1 INTRODUÇÃO

Em 2008, a extensão encontra um novo *locus* de desenvolvimento: a Educação Profissional e Tecnológica – EPT. A instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia – RFEPCT e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs aprofundou a verticalização da educação ao verticalizar o princípio constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão até então circunscrito às universidades (BRASIL, 1988; BRASIL, 2008). Por ter como horizonte a superação do padrão dualista entre propedêutico e profissionalizante, marcante na educação brasileira (BEISIEGEL, 1986; FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005; OLIVEIRA, 2007), e reiterar a importância da educação profissional e tecnológica como propulsora de desenvolvimento local (HADDAD, 2008), a extensão ganha visibilidade devido à sua potencialidade de promover uma formação integral e cidadã de estudantes pautada em relações dialógicas com a sociedade como forma de transformação e desenvolvimento social (BRASIL, 2018).

A fim de contribuir com as discussões sobre a potencialidade da extensão como propulsora de desenvolvimento social que promove uma formação integral e cidadã pautada em relações dialógicas com a sociedade, buscamos investigar o processo de territorialização do *Campus Avaré* e da intersectorialidade a partir da análise do projeto de extensão Mulheres Mil.

2 OBJETIVO

Analisar o projeto de extensão Mulheres de Avaré do Instituto Federal de São Paulo a partir da investigação do processo de territorialização do *Campus Avaré* e da intersectorialidade decorrente da ação.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Como ponto de partida, realizamos a revisão bibliográfica, sobretudo, acerca dos conceitos de Extensão, Território, Participação Social, Educação Profissional e Tecnológica, Institutos Federais e Políticas Públicas a fim de delinear o arcabouço teórico a ser mobilizado. Ademais, a pesquisa contou com a criação de um acervo de dados secundários advindo de sistemas de informação adotados pela gestão da extensão no IFSP, a saber: Sistema de Administração e Gestão de Projetos – Sigproj e Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP. Em ambos os sistemas, buscamos, por um lado, dados que propiciassem uma visão macro para a construção de um panorama histórico da incorporação da extensão e, por outro, informações pormenorizadas dos projetos vislumbrados para o estudo de caso.

Com o objetivo de entender o processo de territorialização do Campus Avaré e da intersetorialidade a partir da análise do projeto de extensão Mulheres Mil, utilizamos a análise de documentos públicos, como leis, planos, programas, resoluções, portarias, manuais, editais, relatórios, sites institucionais, revistas acadêmicas entre outros, bem como estudos de caso de projetos de extensão que contaram com 3 entrevistas semiestruturadas com membros da equipe dos projetos de diferentes segmentos institucionais: docente, discente e representante da sociedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de territorialização do *Campus Avaré* está intimamente associado à implementação do Projeto Mulheres Mil. Esse processo carrega duas peculiaridades que valem ser enfatizadas: a seleção de profissionais para ministrarem os cursos do Mulheres Mil e do Pronatec – Bolsa Formação, que também era bastante presente no *campus*, tinha um viés menos academicista se comparado com os concursos para ingresso no IFSP, permitindo a entrada e o intercâmbio de uma maior pluralidade de conhecimentos e saberes. Outra especificidade é o público-alvo do programa, mulheres em situação de vulnerabilidade, que, muitas vezes, por fatores socioeconômicos desfavoráveis, evadem da escola.

Esses elementos possibilitaram a ampliação da área de atuação da instituição. Somada às dinâmicas dos cursos técnicos e dos cursos do programa, foi possível a apropriação por parte da população do espaço que acabava de se constituir, consolidando-o enquanto território sob a ótica de Santos (1999),

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999).

A extensão democratizou o acesso ao IFSP, que incorpora a sociedade que o circunda desde a fase inicial de territorialização do *Campus Avaré*. Cabe dizer que esse processo é uma construção que carrega contradições e desafios, superados ou ainda presentes.

Em relação à intersetorialidade, ainda que o movimento gerador do projeto Mulheres de Avaré remeta a uma abordagem implementação *top down*, vemos uma maior horizontalidade em algumas articulações. A cooperação interministerial e a parceria com o governo canadense são indutoras do programa nacional que financia instituições educacionais por meio de chamadas. Se os projetos forem aprovados, a instituição adere ao programa, o que suscita a articulação com instituições socioassistenciais locais. Essa lógica é mantida e aprofundada nos arranjos subsequentes. Ao ser incorporada pelo Pronatec e, mais tarde, pelo IFSP, a ação conjunta com outros setores é reforçada, passando a ser prevista durante o planejamento, parte integrante da intersetorialidade (AKERMAN et al., 2014).

Há uma compreensão de que o *campus* incorporou o projeto em Avaré, pois a ação é entendida como parte das atividades do *campus* pelos servidores e estudantes, bem como pelos parceiros e pelas mulheres da região. Ainda que seja indicado que o planejamento se concretiza no IFSP, por ser uma ação consolidada, as responsabilidades compartilhadas já fazem parte da rotina das duas instituições. Ainda, é importante lembrar que o projeto é vinculado a um programa específico da instituição, o que demonstra que sua incorporação não se situa somente na ponta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos notar uma conjunção de políticas de ingresso mais inclusivas e programas governamentais que acompanharam a implementação do *campus* e o esforço do IFSP para manutenção do programa, incorporando um público antes pouco alcançado e incitando a intersetorialidade por meio de articulações com instituições locais. Assim, os impactos no Estado de São Paulo convergem com os percebidos em outros locais: transformações no perfil da comunidade acadêmica acompanhadas por mudanças nas infraestruturas e nas dinâmicas territoriais e sociais geradas, principalmente, em cidades não metropolitanas de pequeno e médio portes nas quais as novas instituições passam a se inserir (MÁXIMO, 2020). Assim, “costuram o tecido de uma rede social capaz de gerar, em resposta às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, arranjos e tecnologias educacionais próprios” (PACHECO, 2011, p.33). Dessa maneira, vamos ao encontro dos achados de Ramos (2011) que percebe um fortalecimento da integração entre IFs e sociedade, sobretudo, por meio da extensão, contribuindo para um desenvolvimento local entendido de forma ampliada que abarca dimensões socioculturais orientadas pela cooperação e solidariedade e embasadas por valores como qualidade de vida e cidadania sem limitar a ideia de desenvolvimento competitivo limitado a indicadores econômicos.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, M. et al. **Intersetorialidade? IntersetorialidadeS!**. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2014, v. 19, n. 11. pp. 4291-4300. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.10692014>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BEISIEGEL, C.R. **Educação e sociedade no Brasil após 1930**. In: Fausto, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1986. t. 3, v. 4, p. 381-416.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Disponível em: <<https://bit.ly/37yka1Y>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: encurtador.com.br/bRT04. Acesso em: ago/2020.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. & RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, R. P. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. *Educação & Sociedade* [online]. 2007, v. 28, n. 100 [Acessado 4 Abril 2022], pp. 661-690. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003>>. Epub 29 Out 2007.

RAMOS, V. S. **Desenvolvimento local e território: uma reflexão sobre o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Dissertação de Mestrado em Educação. UFRRJ, 2011.

SANTOS, M. (1999). **O dinheiro e o território**. *Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia*, 1(ju 1999), 7-13.